

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Estado descumpre lei e adota improviso

EDUCAÇÃO Quantidade de alunos por professor extrapola limite previsto em legislação estadual em algumas cidades e rede de ensino chega a criar quarto turno de aulas para atender demanda

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

O espaço apertado entre as prateleiras da biblioteca foi todo ocupado por cadeiras e um quadro improvisado usa os livros didáticos como apoio para ficar na altura adequada. No pátio, mais mesas e cadeiras preenchem o local que deveria ser utilizado para recreação. E um quarto turno, além dos três habituais (matutino, vespertino e noturno), foi criado entre 11 horas e 15 horas para conseguir atender a demanda. Ele é chamado de "turno da fome", por causa do horário. Estes são apenas alguns dos elementos enfrentados pela educação básica em Águas Lindas de Goiás, um dos municípios do Estado onde o governo goiano não consegue atingir uma quantidade de alunos por professor dentro dos limites estipulados em lei.

O reflexo da grande quantidade de crianças e adolescentes que precisam estudar na cidade, diante de uma estrutura cuja quantidade de escolas (17) ainda não aumentou desde o início

deste século, é a improvisação e adoção de medidas paliativas para fazer com que todos frequentem a escola, mesmo que numa condição precária e questionável. Essa realidade, dentre outros motivos, é a expressão, na prática, do que vem sendo demonstrado, nos últimos anos, pelos dados do Censo Escolar, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que é o descumprimento de uma lei estadual por parte do próprio Estado.

A reportagem do POPULAR fez o cruzamento dos números referentes ao total de matrículas na Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio) de todos os municípios goianos e em todas as redes (estadual, privada, federal e municipal) com o número de professores nas respectivas condições e verificou uma concentração expressiva principalmente na rede estadual de cidades que ficam no Entorno do Distrito Federal. A Lei Complementar Estadual nº 26 de 1998 estipula quantidades máximas de alunos por professor da pré-

“

Temos problema no Ensino Médio em 242 turmas. Isso equivale a 2,5% do total de turmas. Temos salas com até 47 alunos”

Fátima Gavioli, secretária estadual de Educação

escola ao terceiro ano colegial, e o maior limite permitido, que é de 40 alunos por professor, foi excedido no ano passado nas escolas estaduais de Luziânia, Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto.

Em anos anteriores do Censo Escolar, a situação já era possível de ser notada por meio do mesmo cruzamento de dados (veja quadro na página 14). Para além da questão estrutural e da falta de novas escolas, os números revelam ainda variações da

quantidade de professores e alunos, nos últimos oito anos, numa proporção em que uma não acompanhou a outra, nesses locais. Em Águas Lindas, entre 2010 e 2018, a quantidade de matriculados na educação básica aumentou 18,9%, enquanto o aumento de profissionais da educação ocorreu numa escala menor (11,6%). Em Luziânia e Santo Antônio do Descoberto, foi registrada diminuição nos dois casos, mas a redução foi mais de duas vezes maior no que se refere à quantidade de professores, nas duas cidades.

EFEITOS

A soma de fatores numa região de histórico vulnerável e acentuado pela atração crescente de novos moradores, por estar do lado de Brasília, gera efeitos na educação de crianças e adolescentes que os coloca, por exemplo, em situação inferior ao restante do Estado. A implantação de um quarto turno de aulas em algumas escolas estaduais de Águas Lindas, algo inédito em Goiás, só foi possível com o encurtamento do tempo

das aulas nos demais períodos. O também chamado turno intermediário foi encaixado entre o matutino e o vespertino, acarretando redução do tempo de permanência do estudante na escola, comparado às demais unidades e cidades, onde se aplica a carga horária normal.

Às 10h45, os alunos do matutino que entram às 7 horas são dispensados às pressas, às vezes até antes disso, para dar tempo de reorganizar as salas e deixar tudo preparado para a entrada da multidão de alunos já formada do lado de fora para iniciar os estudos às 11 horas. Este grupo começa a ser liberado, depois, às 14h45 e, novamente, inicia-se um processo de reorganização e limpeza de salas, muitas vezes apertadas e sem ventilação adequada, para receber o grupo não menos numeroso de alunos do vespertino, que entra às 15 horas. É tanto estudante frente a uma falta nítida de espaço e opções de escola na cidade que só no Colégio Estadual Maria do Carmo Lima existem, por turno, três turmas a mais, além do total de salas de aula.



UEG de Caldas pede socorro



Magda Mofatto

Deputada federal pelo Partido da República e empresária

O principal fator de desenvolvimento de uma cidade e de uma região é a presença de educação superior de qualidade. Quando a universidade conversa com a comunidade, há meios de fortalecer a economia com cursos voltados às vocações regionais.

Em Caldas Novas, o maior complexo hidrotermal do mundo, e o destino turístico mais visitado do Centro-Oeste brasileiro, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) tem essa missão: formar administradores, chefes gastronômicos, bacharéis e professores que atuam aperfeiçoando a prestação de serviços em áreas como indústria, comércio, restaurantes, lojas e hotelaria.

A despeito de sua enorme participação no presente e no futuro de Caldas Novas, a UEG de nossa cidade passa por uma situação deplorável no que se refere à infraestrutura. Foi lá que analisamos as dependências do campus e é claro que precisamos de reformas.

O alambrado está caído, sem proteção. Na parte interna, também há falhas graves. Nas salas sobra calor, falta ar-condicionado e qualquer tipo de climatização. As calçadas encontram-se em situação de miséria e os laboratórios de gastronomia carecem dos utensílios mais básicos para as aulas práticas.

Percebi que, apesar do prédio físico oferecer pou-

cas condições aos professores e aos alunos, é de dar gosto o entusiasmo do corpo docente e dos estudantes. O que falta em material didático, eles correspondem com estudo adicional. O que há de dificuldade logística, os professores se desdobram com criatividade para tentar superar.

A UEG de Caldas Novas é um patrimônio da cidade e de toda a região. Hoje atende quase 850 alunos nas áreas de graduação, pós-graduação e curso de línguas. Ela oferece formações em Administração, Hotelaria, Gastronomia e EAD (ensino a distância) em Pedagogia.

A seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por meio de seu presidente, advogado Andrei Barbosa, fez uma nota pública condenando terminantemente o que poderia ocasionar até ao fechamento do campus ou sua subordinação a outros câmpus, até de cidades menores.

Na condição de deputada federal e representante democrática eleita tam-

bém por Caldas Novas, faço coro à OAB, à direção da UEG e clamo em nome de todos os estudantes e beneficiários do câmpus: a nossa universidade não pode acabar. O governador Ronaldo Caiado é sensível e não vai permitir que uma instituição tão importante se perca. Fica meu clamor na defesa da universidade pública e de qualidade.

“

O alambrado está caído, sem proteção.

Na parte interna, também há falhas graves”

GIRO



Caio Henrique Salgado

caio.salgado@opopular.com.br

Herança

Na Goiás Fomento, o presidente do Conselho de Administração é José Paulo Loureiro, que foi titular da Sefaz no 2º governo de Marconi Perillo. O vice é Alexandre Tocantins, que até o ano passado comandava a PGE.



6 PERGUNTAS PARA FÁTIMA GAVIOLI

Secretária de Estado da Educação analisa contexto enfrentado em Goiás

1 – Por que o Estado não consegue cumprir a regra que estipula limite de alunos por professor?

Na verdade, a região do Entorno de Brasília é uma das poucas que tem trazido essa condição.

Temos esse problema só no Ensino Médio, em 242 turmas. Isso equivale a 2,5% do número de turmas do Estado. Tenho salas com até 47 alunos, quando, na verdade, deveria ter 40. O que aconteceu é que recebemos essas regiões com algumas escolas sem concluir. Fizemos uma reunião com os pais e perguntamos se eles gostariam de retirar o excedente de cada turma e fazer uma nova numa sala modular, mas, infelizmente, eles

não concordaram com a sala modular. Por outro lado, na maior parte da rede, estou com um outro problema que atormenta o País inteiro, que é a perda média de 12% de crianças matriculadas por ano. A redução da taxa de natalidade fez com que regiões que tinham três escolas passassem a ter apenas uma funcionando, e com pouco aluno.

2 – Faltou planejamento na distribuição de escolas?

Sim. Muitas vezes pensa-se “Ah, vou construir uma escola em um local de muita visibilidade, onde as pessoas possam ver mais o meu trabalho”, mas você tem que construir uma escola onde tem necessidade.

3 – Isso é em Goiás?

Não só em Goiás, é no Brasil inteiro. Enquanto combinarmos gestão de educação com interesse de mandatos eletivos, as coisas não vão combinar e não vão dar certo. Não é uma peculiaridade de Goiás.

4 – Falta professor ou é muito aluno?

Não tenho falta de professores. Existia um clamor para eu chamar os concursados e eu fui lá, conversei com o governador,

fui a Segplan, convoquei 465 e só se apresentaram até agora 50. Dia 2 de abril encerra o prazo para tomar posse. Chamamos, mas cadê esse povo? Imaginamos que deve chegar a 150 empossados.

5 – A existência de um quarto turno prejudica os alunos?

O ajuste pedagógico para diferentes situações é permitido, mas não pode virar regra. O que encontrei aqui, na verdade, é que esse quarto turno está se tomando uma regra, e isso não está certo. Jamais vou me omitir de me opor a isso. E a tendência daquilo ali é piorar, do ponto de vista de dormitório (aumento populacional). O aluguel em Brasília é cinco vezes mais caro.

6 – Uma sala modular substitui uma sala convencional?

Se ela tem janelas e ar condicionado, chega até ser mais confortável, mas, na noite que eu soube do incêndio do Flamengo, eu não dormi, pensando se as nossas escolas têm janelas, extintores.

Cheguei em Goiás e eram 142 salas modulares. Hoje, reduzi para 40 e ano que vem, nesse mesmo período, não pretendo ter isso mais.

Déficit pode chegar a 25% do Mais Médicos

SAÚDE Prefeituras goianas estão com dificuldade para preencher 131 das 715 vagas do programa federal e vão perder mais 56 profissionais com contratos se encerrando até agosto

Márcio Leijato
marcio.leijato@opopular.com.br

Mesmo após o preenchimento das 202 vagas do Programa Mais Médicos em Goiás que ficaram abertas após a saída dos profissionais cubanos, prefeituras goianas ainda encontram dificuldades para preencher outras 131 vagas que já estavam desocupadas antes do abandono dos médicos estrangeiros.

Atualmente, das 715 vagas disponibilizadas pelo Ministério da Saúde para 177 municípios em Goiás, 584 estão ocupadas, incluindo nestas as 13 que foram preenchidas apenas na semana passada, após a terceira tentativa feita pelo governo federal de ocupar as vagas deixadas pelos cubanos. Estes 13 médicos – todos brasileiros formados no exterior – devem começar a trabalhar nas cidades escolhidas em Goiás a partir de 28 de março.

A situação deve se agravar em março e em agosto com o fim do contrato de 56 médicos brasileiros, sem previsão de renovação até o momento. Com isso, 25,7% dos cargos existentes no programa no Estado ficarão vagos. Na última terça-feira, em reunião da Comissão Estadual do Programa Mais Médicos (CCE), em Goiás, secretários municipais de saúde demonstraram preocupação.

Em entrevistas recentes à imprensa nacional, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que não trabalha com uma previsão por agora para abertura de novos editais e que o programa entrou num período de reavaliação. Um dos pontos a serem analisados seriam os critérios de contratação.

O Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de Goiás (Cosema-GO) pede junto aos conselhos de outros Estados que o Ministério da Saúde faça um novo edital para contratação dos médicos que faltam e renove o contrato dos que estão prestes a concluir o prazo de trabalho. “A situação é deveras complexa e os gestores municipais encontram-se em situação de vulnerabilidade, na medida em que a população carece de atendimento médico e, portanto, da continuidade do programa”, informou o Cosema-GO, por meio de nota.

O caso de falta de médicos pelo programa não afeta apenas cidades mais afastadas dos gran-

“Os gestores municipais encontram-se em situação de vulnerabilidade, na medida em que a população carece de atendimento médico e, portanto, da continuidade do programa”

Nota enviada pelo Cosema-GO

des centros. Em Goiânia, contam 58 profissionais para 72 vagas. Ou seja, a capital poderia abrigar mais 14. Mas para isso, o Ministério da Saúde deveria encaminhar no novo edital.

O superintendente de Gestão de Redes de Atenção à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Goiânia, Sérgio Queiroz, diz que existe uma preocupação com a indefinição por parte do Ministério da Saúde sobre o futuro do programa e que em março vencerão os contratos de mais 6 médicos na capital. “O ministério até hoje não se posicionou”. Entretanto, no caso de Goiânia, a secretaria conta com um cadastro de reserva de um processo de credenciamento fora do Mais Médicos que pode ser usado caso não haja uma definição do governo federal. São 20 profissionais que podem ser convocados. “Vamos aguardar mais um pouco”, diz Sérgio.

Na reunião do CCE, os representantes do Cosema-GO frisaram preocupação com a situação dos médicos que entraram no programa pelo último edital em substituição aos profissionais cubanos. De acordo com o relatório, os 13 últimos selecionados, que começam a trabalhar em março, ainda podem voltar atrás da decisão.

Além disso, foi comentado que há casos de profissionais que pedem desligamento “de forma intempestiva todos os dias”, segundo a nota. Entretanto, não foi informado pelo Cosema o número de profissionais que se enquadraram neste último caso.



Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, diz que programa Mais Médicos está em fase de reavaliação

13
dos 584 médicos selecionados em Goiás pelo programa ainda não começaram a trabalhar, o que deve ocorrer só no fim de março

856
médicos deverão ser desligados entre os meses de março a agosto desse ano, segundo o Cosema, caso não haja um novo edital

202
vagas foram preenchidas em Goiás nos últimos 3 meses depois que os profissionais cubanos deixaram o Brasil

14
vagas estão em aberto das 72 existentes em Goiânia. Na capital, havia só 2 profissionais cubanos e outras vagas foram ocupadas

Início de trabalhos só daqui a um mês

Os médicos brasileiros formados no exterior selecionados para as últimas 13 vagas em municípios goianos remanescentes do edital lançado em dezembro pelo Ministério da Saúde para cobrir a saída dos profissionais cubanos devem começar a trabalhar a partir do dia 28 de março, após passarem por um período de acolhimento pelo governo federal. As vagas foram todas preenchidas em 20 minutos, quando o edital foi aberto no dia 18.

Até lá, os profissionais ouvidos pelo Popular revelaram momentos de ansiedade e expectativa com a possibilidade de trabalhar no Brasil. A paranaense Jéssica Tailine Benelli, de 26 anos, já foi atrás de informações sobre São Domingos, cidade que escolheu sem “nada ter ouvido falar”, como revela. Ela conta que diferentemente de outras seleções esta foi por ordem de chegada e como havia poucas oportunidades, as cidades iam sumindo da relação assim que alguém selecionava a últi-

ma vaga disponível. “Minha primeira opção era o Mato Grosso do Sul, mas não tinha mais. Então escolhi Goiás. Foi uma loucura, não dava para pensar. O site estava bem instável. Quando entrei, São Domingos era uma das cidades que constavam”, conta.

Jéssica diz que por ser de uma cidade do interior não vai estranhar a moradia nova e se sente muito bem recebida pelas pessoas com quem já conversou. “Quem é recém-formado quer trabalhar e não recusa trabalho.”

O goiano Saymon Samuel Alves, de 31 anos, passou a noite acordado esperando as vagas ficarem disponíveis. “Abriu às 8 horas e às 8h04 eu selecionei Vila Boa. Não tinha o que pensar. Eu já tinha feito uma pesquisa e sabia mais ou menos quais seriam minhas opções.” Ele garante que pretende concluir o tempo do contrato de três anos. “Nós que não temos experiência, estamos tendo uma chance de adquirir e de fazer aquilo pelo qual nos formamos.”